

AS INVARIANTES E AS ESPECIFICIDADES DAS FUNDAÇÕES URBANAS PORTUGUESAS. PRAIA, RIBEIRA GRANDE, S. FILIPE, BISSAU, CACHEU

MANUEL C. TEIXEIRA

Universidade Técnica de Lisboa
manuelteixeira@fa.utl.pt

Resumo

O urbanismo de origem portuguesa é uma das faces mais visíveis da cultura que une os países de língua portuguesa, e um dos seus principais elementos identitários, que importa conhecer, divulgar e preservar.

Os núcleos urbanos construídos no contexto da expansão ultramarina portuguesa a partir do século XV partilham um conjunto de características morfológicas idênticas, fruto das suas raízes comuns. Apesar desta identidade morfológica, em cada um dos locais onde este urbanismo se desenvolveu e construiu, ele assume características próprias, fruto dos processos específicos de troca, de miscigenação e de síntese que lhes deram origem.

Nos núcleos urbanos da Praia, da Ribeira Grande e de S. Filipe, em Cabo Verde, e de Bissau e Cacheu, na Guiné-Bissau, é possível identificar essas características invariantes do urbanismo de origem portuguesa e, ao mesmo tempo, observar a especificidade de cada um destes núcleos urbanos, os quais, construídos em momentos distintos, em diferentes contextos históricos, geográficos e culturais e obedecendo a diferentes objetivos, apresentam diferentes morfologias. Umas e outras serão objeto de análise e caracterização detalhada.

A compreensão desta cultura urbana, dos processos que lhe deram origem e das formas que geraram, são essenciais para a permanência da memória, da história e das tradições dessas comunidades, e para a correta formulação de políticas de intervenção nesse património cultural construído. Por outro lado, essa cultura tem também um valor económico e social, que justifica e exige a sua preservação.

Este património cultural – a identidade urbana e arquitetónica de cada local – deve desempenhar um papel cada vez mais importante como referência para o desenvolvimento e o futuro destas cidades. O respeito por essas referências culturais, historicamente sedimentadas, evita a descaracterização das cidades, impede o seu desenvolvimento segundo princípios e modelos alheios à sua cultura tradicional, e cria as condições necessárias para que as cidades e a sua cultura urbana específica sejam motores de desenvolvimento económico e social.

Palavras chave: Urbanismo, património, cultura

*

1. INTRODUÇÃO

O urbanismo de origem portuguesa é uma das faces mais visíveis da cultura que une os países de língua portuguesa, e um dos seus principais elementos identitários, que importa conhecer, divulgar e preservar. Os núcleos urbanos construídos no contexto da expansão ultramarina portuguesa a partir do século XV se por um lado assumem características próprias em cada um dos locais onde se desenvolveram, fruto dos processos específicos de troca, de miscigenação e de síntese que lhes deram origem, por outro lado eles partilham um conjunto de características morfológicas comuns, fruto das suas raízes portuguesas, que as fazem pertencer ao universo urbanístico português.

Na Praia, na Ribeira Grande e em S. Filipe, em Cabo Verde, em Bissau e em Cacheu, na Guiné-Bissau, podemos observar a especificidade de cada um destes núcleos urbanos, os quais, construídos em momentos distintos, em diferentes contextos históricos, geográficos e culturais e obedecendo a diferentes objectivos, apresentam diferentes morfologias. Ao mesmo tempo, é possível identificar algumas características morfológicas que são comuns aos núcleos urbanos de origem portuguesa, e que podemos caracterizar como as invariantes do urbanismo português.

De facto, cada um destes núcleos urbanos pertence ao que podemos chamar uma diferente subespécie da cidade portuguesa, diferentes no tempo e no espaço, mas nas quais, sob a sua diversidade, podemos observar elementos de continuidade e de permanência. Características comuns que encontramos nestes núcleos urbanos dizem respeito à localização e à escolha do sítio, aos seus processos de desenvolvimento, às estratégias de adaptação ao território, e à sua estrutura urbana fundamental.

No que respeita à localização, todos estes núcleos urbanos se implantam junto ao mar, ou, no caso de Cacheu, na margem de um rio. Para além dos fatores funcionais que determinaram o seu desenvolvimento naqueles locais, os sítios seleccionados para a construção do núcleo urbano tiveram em consideração as suas capacidades defensivas. Estas podem traduzir em duas situações distintas. A primeira, consiste na construção do núcleo urbano num planalto ou numa posição elevada, como é o caso da Praia ou de S. Filipe, em que para além dos sistemas defensivos, a própria posição elevada do núcleo urbano é um fator defensivo. A segunda, consiste na construção do núcleo urbano a uma cota baixa, mas fortemente protegidas por fortalezas que asseguram a sua defesa, como é o caso da Ribeira Grande, de Bissau ou de Cacheu. Na Ribeira Grande, a fortaleza situa-se a uma cota mais elevada. Em Bissau e Cacheu, dado que o território da Guiné-Bissau é essencialmente plano, as fortalezas situam-se sensivelmente à mesma cota do núcleo urbano. A localização destes núcleos urbanos constitui um fator acrescido de defesa. Em Bissau, a sua localização numa ilha, não exposta diretamente à frente marítima da costa africana, protegida pelo arquipélago dos Bijagós. Em Cacheu, a sua localização no rio Cacheu, a 25 quilómetros da sua foz.

Em todos os casos há uma estreita adaptação ao sítio, mais evidente quando se trata de um território acidentado, como na Ribeira Grande ou em S. Filipe. Quando se trata de sítios planos, os traçados tendem a assumir uma estrutura mais regular, de base ortogonal, como se verifica tanto em Cacheu, como em Bissau ou na cidade da Praia. Com a exceção da cidade da Praia, de desenvolvimento mais tardio, a estrutura básica de todos estes núcleos urbanos consiste num conjunto de ruas longitudinais, sensivelmente paralelas entre si, acompanhando a linha de costa, e acompanhando o declive do terreno. Com a exceção de Bissau, todas estes núcleos urbanos apresentam um estrutura dual: Bila Baxa e Bila Riba em S. Filipe, a cidade baixa e o bairro de S. Sebastião na Ribeira Grande, a cidade baixa e o plateau na cidade da Praia, a vila Fria e a vila Quente, em Cacheu .

2. RIBEIRA GRANDE, S. FILIPE, CACHEU, BISSAU, PRAIA

Ribeira Grande

A cidade da Ribeira Grande situa-se numa pequena baía, onde desagua uma ribeira que deu o nome à cidade. A sua construção iniciou-se em 1463, mas até à primeira metade do século XVI o crescimento foi lento. É na segunda metade do século que o seu desenvolvimento se incrementa, com a construção da igreja da Misericórdia e da Sé, a partir de 1556.

O seu desenvolvimento urbano foi idêntico ao de outras cidades portuguesas marítimas: a ocupação de uma via longitudinal ao longo da costa, e o desenvolvimento para o interior através de vias transversais, uma das quais assume um papel dominante e se torna o principal eixo estruturante nesta direção. No caso da Ribeira Grande, trata-se da via que acompanha o leito da ribeira. No cruzamento destas duas vias estruturantes desenvolveu-se um largo, onde se vieram concentrar as principais instituições da cidade: a Casa de Câmara e cadeia, o pelourinho no meio do largo, a Alfândega e o Hospital e igreja da Misericórdia. A cidade desenvolveu-se ainda para um pequeno planalto a nascente, onde se veio a iniciar a construção da Sé. Embora nunca concluída, em torno dela desenvolveu-se o bairro de São Sebastião. Aqui, a estrutura é mais regular, consequência do terreno menos acidentado e do seu desenvolvimento se verificar já na segunda metade do século XVII. Todo o conjunto é dominado, e defendido pela fortaleza de S. Filipe, de Filipe Terzi, iniciada em 1587 e concluída rapidamente, em 1593.



Figura 1 - Ribeira Grande, Cabo Verde.

Planta da Cidade da Ribeira Grande (...),[António Carlos Andreas], s.d.

A partir da segunda década do século XVII surgem os primeiros sinais de decadência, com o desvio do comércio da costa de Guiné para Cacheu, a que se vieram acrescentar os sucessivos ataques dos piratas, e a

progressiva perda de importância para o porto e a cidade da Praia, que se vem a concretizar com a mudança do Governador para esta cidade em 1769.

S. Filipe

A cidade de S. Filipe, em Cabo Verde, situa-se na ilha do Fogo, de que é a sede do concelho. Foi a segunda povoação que se construiu no arquipélago. Depois da Ribeira Grande, é o núcleo populacional mais antigo. Terá sido fundada no início do povoamento das ilhas, ocorrido algumas décadas depois do seu descobrimento, em meados do século XV. Terá sido seu fundador Fernão Gomes, a quem D. Manuel concedeu a capitania da ilha, em 1510.

São Filipe situa-se na baía de São Filipe, na costa ocidental da ilha, implantando-se a uma cota elevada sobranceira ao mar. A malha urbana desenvolve-se entre duas ribeiras – a ribeira da Trindade e a ribeira de São João – e dispõe-se em anfiteatro, descendo gradualmente pela encosta de um monte até de quedar numa ravina, que desce abruptamente para o mar. A malha urbana acomoda-se a esta situação topográfica, com as ruas principais dispostas de nível, longitudinalmente, as frentes de ruas adaptando-se aos declives e pequenas praças exercendo a sua função de articulação dos vários planos.



Figura 2 - S. Filipe, Cabo Verde.

Cabo Verde. Villa de S. Filipe (...), Secretria das Obras Públicas na Ilha do Fogo, 1888

Também aqui se verifica a organização em cidade alta – cidade baixa. O núcleo urbano divide-se em Vila Riba e Vila Baxo. A Vila Baxo é a mais antiga, mais perto da costa, com a igreja de nossa Senhora da Conceição e a Casa de Câmara e cadeia. A direção estruturante desta Vila Baxa é a linha de costa, paralela à qual se

desenvolvem algumas ruas longitudinais e um pequeno conjunto de pequenos largos rodeados de sobrados. A adaptação destes sobrados aos declives, a sua modulação, a composição das fachadas, a dimensão e a proporção dos vãos, os pormenores de construção radicam estes sobrados, inquestionavelmente, na arquitetura portuguesa. A Bila Riba é mais recente, está situada a uma cota mais elevada, e apresenta um traçado mais regular, definido por uma estrutura ortogonal de quarteirões rectangulares. A estratificação da cidade está também presente na existência de dois cemitérios – o do Branco Rico e o do Preto Pobre – que reflete a hierarquização social do passado.

Cacheu

Cacheu, vila situada na margem esquerda do rio Cacheu, ou de S. Domingos, a cerca de 25 km da foz. Foi um dos mais importantes portos da Guiné-Bissau e no século XVII um dos principais entrepostos de escravos para as Américas, de importância estratégica na costa ocidental africana. É desse século (1641) a construção do forte atual. Edificado à beira-rio, é de pequena dimensão, consistindo num quadrado de cerca de 20 metros de lado, defendido nos cantos por pequenos bastiões e com uma muralha de 4 ou 5 metros de altura. Cacheu viria a perder importância com o desenvolvimento progressivo de Bolama e de Bissau.

A vila era constituída por dois bairros, a vila Fria e a vila Quente. A primeira, onde residiam os brancos, era constituída essencialmente por duas ruas que se desenvolviam ao longo do rio. A primeira, mais perto do rio, era a rua Direita; a segunda, por detrás, era a rua de Santo António. Num dos extremos situava-se o forte. A vila Quente, mais afastada do rio, era habitada pelos negros e constituída por cabanas de adobe cobertas de palha organizadas numa estrutura não geométrica.

Em 1850 foi elaborado um plano para a construção de novas ruas travessas e de três largos, o da Casa Forte, o da Casa de Pedra e o da Feira. Em meados do século XX um novo plano vai abrir uma nova avenida de entrada na cidade, que intersecta as antigas ruas longitudinais e define uma praça retangular face ao rio, no cruzamento com a rua Direita.

Bissau

Bissau é a capital da Guiné-Bissau desde 1941, depois de Bolama e de Cacheu. Situada na ilha de Bissau, a povoação iniciou-se ainda no século XVI. A principal atividade comercial centrava-se então em Cacheu. Só na segunda metade do século XVII é que a presença portuguesa se veio a intensificar em Bissau, perante a ameaça francesa que se tornava mais ativa através da Companhia do Senegal, tendo chegado a tentar construir uma fortaleza em Bissau. No século XVIII, a construção do forte de S. José de Bissau, ou forte de Amura, como hoje é conhecido, veio incrementar o seu desenvolvimento económico e urbano. Trata-se de um forte quadrangular abaluartado, de forma regular, construído em cantaria e rodeado de um fosso.

O núcleo urbano que se desenvolveu adjacente ao fosso era defendido por duas paliçadas. Do baluarte da Balança, a NE, saía uma paliçada até ao rio, terminando num pequeno fortim, de Nasolim. Do baluarte de Puana, a SO, saía outra paliçada que também terminava no rio. No conjunto, o forte e as duas paliçadas definiam um perímetro triangular, dentro do qual o forte de Pidjiguiti, a alfândega e o pequeno núcleo urbano adjacente ao porto se encontravam protegidos. Este núcleo urbano original de Bissau, ainda existente, tem uma estrutura de ruas paralelas e perpendiculares, definindo quarteirões rectangulares cuja maior dimensão é paralela à linha de costa. As ruas principais são aquelas que se dispõem paralelamente ao mar, cortadas por pequenas transversais. Destas, a principal é aquela que da praia conduz à porta da fortaleza.

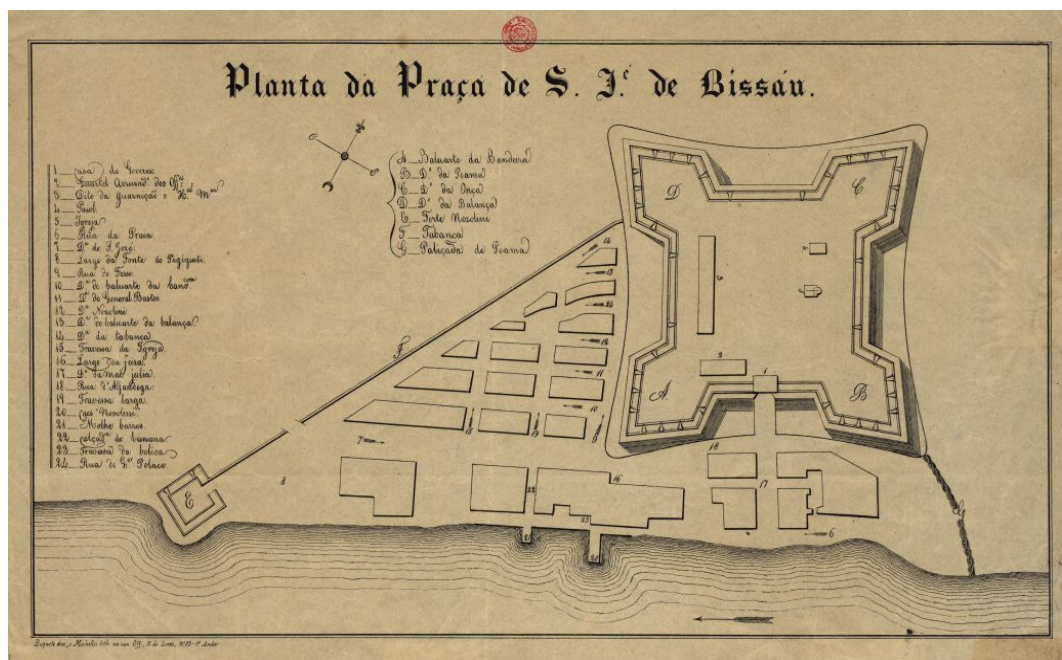


Figura 3 - Bissau, Guiné-Bissau.
Planta da Praça de S. J. de Bissau, a.d., s.d.

Praia

Em 1515 forma-se o primeiro núcleo de povoamento da Praia, na ilha de Santiago, na Praia Grande ou Praia Branca. A zona era sujeita a cheias frequentes, o que levou a que a povoação se transferisse para o cimo da achada, para um planalto com cerca de 900 metros de comprimento por 400 metros de largura, a cerca de 30 metros acima do nível do mar. A vila punha-se assim ao abrigo das cheias que periodicamente alagavam a sua parte baixa, era mais arejada e salubre e oferecia melhores condições de defesa.

A capital da ilha era então a Ribeira Grande, situada a alguns quilómetros para Ocidente, mas a vila da Praia oferecia vantagens relativamente à Ribeira Grande: a sua localização junto a uma ampla baía de águas profundas, melhores condições de defesa pelo fechamento da baía e a localização do povoado a uma cota

superior, e a existência de várias ribeiras e da fonte Ana, localizada junto ao porto, para abastecimento dos navios. Em consequência disso, o porto da Praia foi, ao longo do século XVI, adquirindo importância como ponto de passagem dos barcos que iam para o golfo da Guiné e para o Brasil.

A necessidade de defesa contra os corsários franceses e ingleses levaram à construção em 1645 do primeiro forte, na ponta da Temerosa, e em 1707 o rei D. João V ordenou que se levantassem as fortificações da Praia, por ele considerada uma das praças mais importantes do reino. Em 1757, quando o Governador se instala no presídio no cimo da achada, a vila da Praia não estava ainda arruada e a maior parte da população vivia ainda em casa cobertas de palha. A Praia era então pouco mais do que um largo no extremo sul, onde se situava a igreja de Nossa Senhora da Graça, o cemitério e o presídio, local de residência do Governador, e mais a norte o largo do Pelourinho, onde estava instalada a Casa de Câmara, a Cadeia e o Tribunal.



Figura 4 - Cidade da Praia, Cabo Verde.
Planta Hidrographica. Porto da Praia (...), Emigdio Fronteira, 1882

Será já no século XIX, entre 1808 e 1813, que se definem as principais linhas de estruturação urbana da vila da Praia. Em 1826 a vila da Praia contava com 1.800 habitantes e compunha-se de cinco ruas, três becos e uma praça. Pelo final do século, compunha-se já de quinze ruas e de cinco largos ou praças, para além de seis travessas, três becos, e cinco calçadas. O traçado da cidade organiza-se segundo uma estrutura ortogonal, definindo quarteirões retangulares que ocupam o “plateau”. Este planalto é rodeado por

encostas abruptas dos lados Sul, Nascente e Poente, e por uma encosta que sobe mais suavemente para a cidade do lado Norte. Apesar de ser um traçado tardio, como era comum nas cidades portuguesas, esta ortogonalidade do traçado não é perfeita, antes se adapta a pequenas variações de topografia ou a pré-existências construídas.

3. AS INVARIANTES DO URBANISMO PORTUGUÊS

Como foi referido, cada uma destes núcleos urbanos pertence a uma diferente subespécie da cidade portuguesa. Iremos centrar-nos na Ribeira Grande que é um paradigma da cidade portuguesa marítima, e na qual – dada a história do seu desenvolvimento e posterior decadência – podemos observar as primeiras fases de desenvolvimento destas cidades.

Os primeiros núcleos urbanos construídos pelos portugueses na sua expansão ultramarina foram nas ilhas da Madeira e dos Açores. Os sítios selecionados eram, sempre que possível, baías amplas e abrigadas, com boas condições de porto natural, boa exposição solar e abundância de água, protegidas nos extremos por promontórios ou ilhas que asseguravam a defesa da baía e da cidade. As cidades do Funchal, na Madeira, de Ponta Delgada ou a Horta, nos Açores, partilham idênticas características de localização. O mesmo tipo de relação que estabelecem com o sítio e a topografia pode também ser encontrado, mais tarde, noutras cidades coloniais, nos arquipélagos africanos de Cabo Verde e de São Tomé, ou no Brasil.

As fases iniciais de desenvolvimento daquelas cidades insulares atlânticas, levadas a cabo pelos próprios colonos e sem o apoio de técnicos especializados, eram em grande parte determinadas pela adaptação às condições topográficas e ambientais dos sítios selecionados para a sua implantação. Eram essencialmente estruturas de povoamento e de ocupação do território que se organizavam em função das características geográficas do sítio.

A casa do capitão, uma fortificação, por vezes um primeiro núcleo urbano, localizavam-se num sítio elevado, dominando o mar e o porto. Na parte baixa da cidade, que em muitos casos rapidamente se torna preponderante, um caminho ao longo da praia, seguindo a curvatura da baía e ligando capelas localizadas nos extremos, constituía a primeira estrutura de ocupação do território. Progressivamente, iam sendo construídas casas de um lado e outro deste caminho, que assim se tornava na primeira rua do aglomerado urbano. Mesmo após a construção de outras ruas, esta irá permanecer, por vezes até hoje, a rua mais importante do núcleo urbano.

Em fases de desenvolvimento subsequentes, muitas vezes realizadas pouco após as primeiras fases de ocupação, eram construídas uma ou duas outras ruas paralelas à primeira. Estas ruas, juntamente com algumas transversais construídas perpendicularmente, estruturavam uma malha de quarteirões retangulares, com a sua maior dimensão paralela à costa. Ao longo deste processo, a primeira das ruas

longitudinais, muitas vezes chamada de Rua Direita ia reforçando o seu papel como principal eixo estruturante do aglomerado, ao longo da qual se iam implantando habitações de qualidade e funções urbanas centrais. Das transversais, uma acabava por se tornar dominante, ou porque seguia uma linha de vale, ou porque se orientava para algum edifício mais significativo, tornando-se o principal eixo estruturante nesta penetração para o interior.

No cruzamento deste dois eixos estruturantes, sensivelmente a meio da rua ao longo da costa, no cruzamento com a principal via transversal de penetração para o interior, desenvolvia-se um largo ou terreiro, que progressivamente se estruturava como praça urbana. Era neste espaço que ao longo dos anos se iam implantando edifícios institucionais, cívicos ou religiosos, em articulação com os quais a praça se ia organizando formalmente. Foi este o processo de desenvolvimento da praça da Matriz de Ponta Delgada, nos Açores, da Praça da Sé na cidade de S. Tomé, na ilha de São Tomé, ou da Praça XV do Rio de Janeiro, no Brasil, entre muitas outras.



Figura 5 -. Ponta Delgada, Açores. As fases sucessivas de desenvolvimento urbano.
Planta da Cidade de Ponta Delgada, António Ferreira Garcia de Andrade, 1831

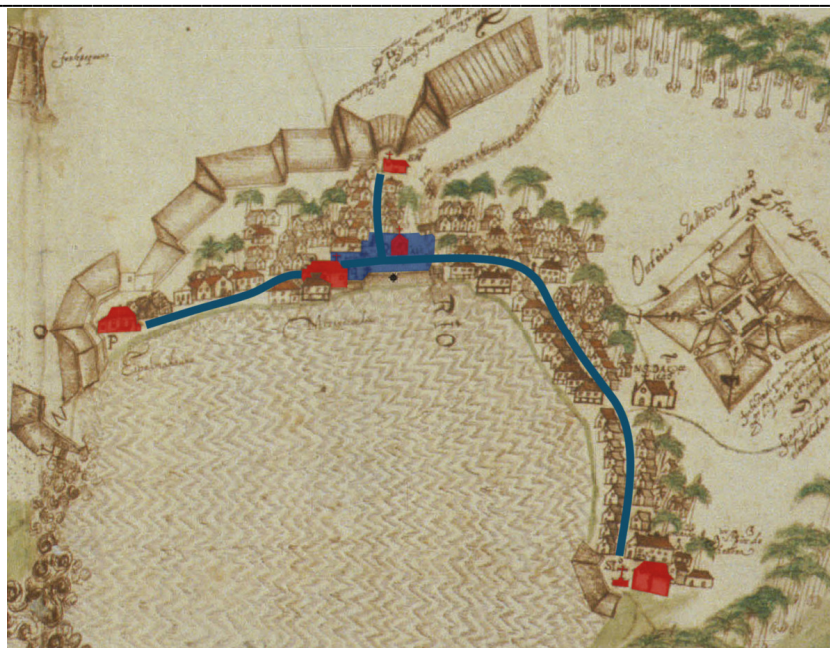


Figura 6 - São Tomé, São Tomé e Príncipe. A estrutura da cidade portuguesa marítima [Baía de Ana de Chaves], a.d. [1644]



Figura 7 - Rio de Janeiro, Brasil. A praça no cruzamento de dois eixos estruturantes. Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (...), João Massé, 1713

O desenvolvimento urbano da Ribeira Grande foi idêntico ao de outras cidades portuguesas marítimas: a ocupação de uma via longitudinal ao longo da costa, e o desenvolvimento para o interior através de vias transversais, uma das quais assume um papel dominante e se torna o principal eixo estruturante nesta direção. A Praça do Pelourinho surge na intersecção da via ao longo da costa com a principal via de penetração para o interior que no caso da Ribeira Grande é a via que acompanha o leito da ribeira. É aí que

se vieram concentrar as principais instituições da cidade: a Casa de Câmara e cadeia, o pelourinho no meio do largo, a Alfândega e o Hospital e igreja da Misericórdia.

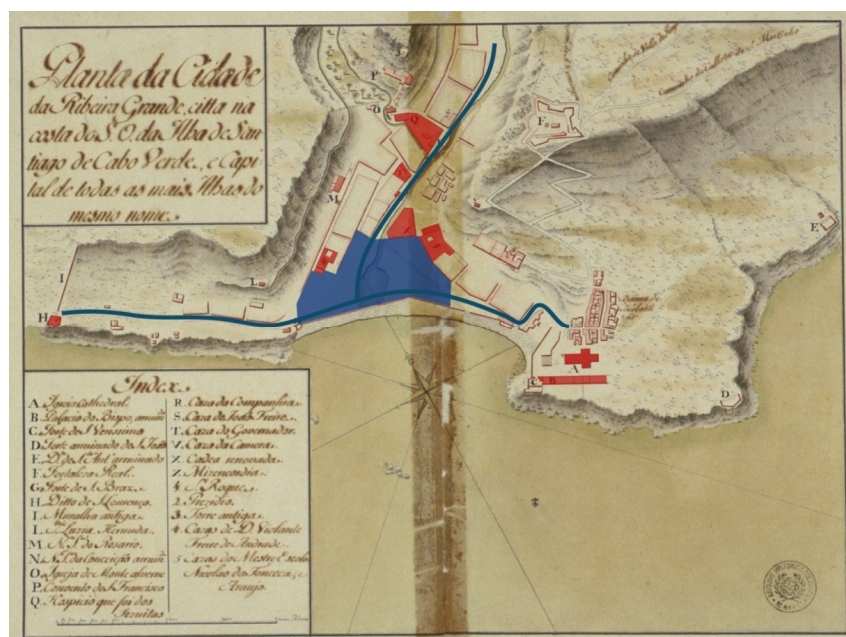


Figura 8 - Ribeira Grande, Cabo Verde. A praça no cruzamento de vias estruturantes
Planta da Cidade da Ribeira Grande (...), Nicolau da Fonseca e Araújo, s.d.

Nas cidades onde se verificou um idêntico processo de desenvolvimento deste tipo de espaços, estes largos irão estruturar-se progressivamente, à medida que neles se vão edificando edifícios singulares, e que os levam a adquirir uma regularidade formal. Foi o que aconteceu em Ponta Delgada, no Rio de Janeiro ou em Lisboa. Na Ribeira Grande, dado o seu rápido declínio, essa regularização nunca ocorreu, e nela temos hoje um retrato das primeiras fases de desenvolvimento deste tipo de cidades e de praças.

É esta pertença a uma realidade maior, e das afinidades que podemos encontrar com núcleos urbanos construídos noutro tempo e noutros locais, que é necessário enfatizar e consciencializar que as comunidades que nelas habitam, quer os técnicos que nelas intervêm. Tal como os processos que lhes deram origem, a compreensão de cada um destes núcleos urbanos tem de resultar de uma síntese de diferentes olhares, de diferentes perspetivas. Nomeadamente, a perspetiva portuguesa-eurocêntrica que tende a privilegiar os elementos que são comuns a estas diferentes realidades, e as perspetivas locais que terão outras referências, outras leituras da realidade, e que privilegiarão a sua especificidade.

A compreensão desta cultura urbana – a compreensão crítica destas características comuns e simultaneamente da sua diversidade – dos processos que lhe deram origem e das formas que geraram, são essenciais para a permanência da memória, da história e das tradições dessas comunidades, e são

fundamentais para a correta formulação de políticas de intervenção nesse património cultural construído. Essa cultura urbana tem também um valor económico e social, que justifica e exige a sua preservação.

A identidade urbana e arquitetónica de cada local deve desempenhar um papel cada vez mais importante como referência para o desenvolvimento e o futuro destas cidades. O respeito por essas referências culturais, historicamente sedimentadas, evita a descaracterização das cidades, impede o seu desenvolvimento segundo princípios e modelos alheios à sua cultura tradicional, e cria as condições necessárias para que as cidades e a sua cultura urbana específica sejam motores de desenvolvimento económico e social.

BIBLIOGRAFIA

BARCELLOS, C. J. S. 2003. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

BETHENCOURT, F. e CHAUDHURI, K., (dir.). 1998. *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa. Círculo de Leitores

FERNANDES, J. M. 1996. *Cidades e Casas da Macaronésia*. Porto. Edições FAUP.

SERRÃO, J. e OLIVEIRA MARQUES, A.H. (dir.). 1986. *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa. Editorial Estampa.

SILVEIRA, L. (s.d.). *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*. Lisboa. Ministério do Ultramar. Junta de Investigações do Ultramar.

TEIXEIRA, M. C. 2010. Praia, S. Filipe, Bissau, Cacheu in FERNANDES, José Manuel (ed.). *Inventário do Património Português no Mundo*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. pp, 300-304, 337-340, 343-344.

- 2012. *A Forma da Cidade de Origem Portuguesa*. São Paulo. Editora UNESP.